

James, A., Prout, A. (Eds.) (1997). *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. 2nd edition. Basingstoke: Falmer Press, 260 páginas. ISBN: 0-7507-0596-5.

O livro *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood* foi editado pela antropóloga Allison James e pelo sociólogo Alan Prout sendo considerado uma obra clássica para o campo da sociologia da infância, principalmente pela proposta de um novo paradigma para orientar os estudos das crianças e da infância – o qual problematiza o conceito tradicional de socialização que coloca as crianças como passivas e devires, para conceituar as crianças como atores sociais e a infância como categoria socialmente construída – o que sem dúvida representa uma contribuição fundamental para mudar a lente utilizada para estudá-las e pesquisá-las nas sociedades ocidentais.

A edição do livro relaciona-se ao um campo de estudo emergente dentro da sociologia, denominado sociologia da infância, o qual compõe e evoca hoje uma área maior do conhecimento a partir do envolvimento de diversas disciplinas, conhecido como estudos da infância. Ao propor esse novo olhar para pensar as crianças e a infância na sociedade, a antropologia, história, psicologia, sociologia, estudos feministas, filosofia, geografia e entre outras disciplinas tem engajado profissionais e pesquisadores de diversos países para dedicarem-se aos múltiplos temas que envolvem a infância assim como realizar pesquisas com as crianças.

Sua primeira edição foi publicada em 1990, composto por dez capítulos, o livro chama atenção, desde o início, para explorar as maneiras que a infância é socialmente construída e sobre o engajamento de reconstruir o conceito de infância a fim de romper com a maneira tradicional como a compreendemos, assim como reconfigurar o entendimento do papel das crianças.

O primeiro capítulo de Alan Prout e Allison James, intitulado “Um novo paradigma para a sociologia da infância? Proveniência, promessa e problemas”, discute a natureza do conceito infância a partir de abordagens dominantes que desenvolveram um modelo de criança relacionado ao crescimento biológico e remetendo a infância como uma preparação para a vida adulta. Os autores criticam as representações tradicionais advindas da psicologia do desenvolvimento e das teorias clássicas de socialização que construíram a ideia de uma criança natural, passiva, incompetente e incompleta, reportando-se a infância como universal destacando a emergência de um paradigma que reconstrua essas visões e forneça novas direções para os estudos da infância.

Este novo paradigma se trata da proposta dos autores em reconceitualizar as crianças e a infância, de forma a tornar visível a voz das crianças no campo científico, considerando-as como agentes sociais, que devem ser estudadas em seu próprio direito. Para este fim os autores propõem alguns princípios:

1. A infância é uma construção social.
2. A infância é variável e não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como a classe social, o sexo ou o pertencimento étnico.
3. As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si.
4. As crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam.
5. Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância.
6. A infância é um fenômeno no qual se encontra a dupla hermenêutica das ciências sociais evidenciada por Giddens, ou seja, proclamar um novo paradigma no estudo sociológico da infância é se engajar num processo de reconstrução da criança e da sociedade (James e Prout, 1997: 8-9).

Importante dizer, que os autores destacam a importância do desenvolvimento de estudos empíricos com as crianças, e da necessidade de olhar para temas relacionados a vida das crianças para além de família e escola, encorajando pesquisadores a se engajarem entre os mundos de pesquisa e prática. Para isso eles ressaltam as preocupações políticas e éticas no desenvolvimento de pesquisas com crianças e discutem as implicações e obstáculos para a efetivação deste novo paradigma, entre os quais destacam-se a resistência sobre novas formas de pensar a infância e o desafio de desconstruir conceitos que foram formulados por áreas de conhecimento que são dominantes na formulação de teorias sobre infância e crianças.

Na sequência, o capítulo 2 de Harry Hendrick denominado “Construções e reconstruções da infância britânica: uma pesquisa interpretativa, 1800 até o presente” sinaliza uma pesquisa relacionada as mais importantes construções da infância britânica a partir do final do século XXVIII ilustrando a variedade do conceito. O autor propõe que a partir da familiarização das apreensões da infância se possa compreender as interpretações ocidentais sobre a ela.

Partindo do pressuposto que as relações conceptuais são produtos sócio históricos, o autor pontua que a definição do conceito de infância depende do contexto social que ela emerge, uma vez que as condições políticas, culturais, religiosas e geográficas promovem mudanças na percepção e na representação da infância em cada época.

No terceiro capítulo Martin Woodhead explora as necessidades psicológicas das crianças como reflexo do status atribuído a elas durante o século XX nas sociedades ocidentais. Intitulado como “Psicologia e construção cultural das necessidades das crianças”, o autor questiona o que são as necessidades das crianças, e apresenta quatro tópicos para pensar sobre esta temática, dos quais estão: as necessidades naturais das crianças; necessidades e saúde psicológica; necessidades e ajuste social; e necessidades e prescrições culturais.

Segundo Woodhead, as discussões sobre proteção e promoção do bem-estar das crianças configuraram as preocupações dos adultos diante delas, direcionando ações políticas e o trabalho de profissionais da infância para o cuidado e atendimento de suas necessidades. Falar de necessidades, segundo o autor, reforça a incompletude e a dependência das crianças, universaliza a infância e justifica as decisões e prescrições ditadas pelos adultos apoiadas no discurso do “que é bom para elas” e dos “melhores interesses para as crianças”.

Sob autoria de Jens Qvortrup, o quarto capítulo “Uma voz para as crianças na contabilidade estatística e social: um apelo para o direito das crianças a serem ou-

vidas” refere-se à marginalização conceitual e numérica das crianças nos dados estatísticos, as quais geralmente são incluídas nos dados relacionados a estatísticas familiares ou sobre o Estado de bem-estar.

O autor destaca a necessidade de reconhecer a infância como categoria social, a fim de visibilizar o papel, o lugar e o status das crianças, os quais ao longo dos anos foram relativamente ocultos. Além disso, as discussões sinalizadas no texto chamam atenção a posição subordinada e dependente das crianças, como grupo minoritário e invisível em nossas sociedades, não apenas nas estatísticas, mas em diversos outros tipos de contabilidades sociais, tais como sociológicas, econômicas, políticas.

Qvortrup sugere a necessidade de novas análises das posições das crianças e sobre o status da infância na sociedade e afirma que o fato de dar voz as crianças equivale representá-las em igualdade de condições com outros grupos sociais e considerá-las como unidade de observação.

O capítulo escrito por Pauline Hunt e Ronald Frankenberg chamado “É um pequeno mundo: Disneylândia, a família e as múltiplas re-representações da infância americana” é o quinto do livro e traz elementos da história Disneylândia como instituição criada, com patrocínio do Banco da América, para fornecer um ideal de mundo brilhante, seguro e saudável para as crianças e suas famílias, sendo uma representação irônica e com uma desenvolta lealdade aos ideais capitalistas e americanos. A partir de descrições sobre o funcionamento do parque, os autores pontuam que as experiências dos visitantes estão voltadas para fantasia, o que reconfirma e fortalece os compromissos com o *status quo*, as práticas familiares convencionais e a progressão do cortejo nos relacionamentos.

No decorrer do texto é fácil observar que a partir da visão tradicional, etnocêntrica, branca e urbana da classe média, o conceito de infância se configura no parque como um período de preparação e socialização, relativamente livre das responsabilidades e das pressões da vida adulta em relação ao trabalho.

“Negociando infância: mudando as construções de idade para as crianças norueguesas” é o título do sexto capítulo elaborado por Anne Solberg. A autora inicia as discussões pautadas no conceito de infância como construção social para dialogar sobre elementos que a caracterizam, bem como explorá-la no contexto norueguês. Com base em estudos empíricos realizados sobre o papel das crianças nas famílias, a autora se propõe a investigar diferentes maneiras que meninos e meninas contribuem para administração e divisão do trabalho no lar, realçando a agência ativa das crianças na construção de novas percepções da infância na Noruega.

Segundo Solberg, a organização cotidiana das famílias revela regras de conduta que determinam implicitamente o que significa ser criança, de forma que as negociações sobre a participação no ambiente doméstico estão relacionadas as decisões e posições assumidas de acordo com a idade. Temáticas como a maior presença das mulheres no mercado de trabalho, controle, dependência, negociações intergeracionais são acentuadas no texto como fatores marcantes na pesquisa e que fornecem subsídios para pensar a reconfiguração do papel das crianças na instituição familiar.

O sétimo capítulo “Crianças de rua: desconstruindo uma construção” redigido por Benno Glauser retrata a situação das crianças de rua da capital do Paraguai, contextualizando a origem da problemática e pontuando a emergência para desconstruir a expressão dominante de se referir as crianças de rua. Segundo o autor, conceber essa referência como uma mera observação de um fato social visto de fora, sem refletir sobre o que se refere o termo, em que ocasião foi elaborado, e as implicações

para nomear as crianças desta forma, as invisibiliza enquanto sujeitos e reforça a problemática social.

O autor relata a diversidade de situações nas quais as crianças estão nas ruas o que não permite classifica-las ou defini-las como “da rua”, além de destacar que o termo coloca essas crianças a margem por considerar a existência de crianças “normais”.

Jenny Kitzinger foi responsável pelo oitavo capítulo intitulado “Com quem você está brincando? As crianças, o poder e a luta contra o abuso sexual”. Os debates em torno do abuso sexual infantil envolvem uma variedade de discursos sobre sexualidade, família, gênero, classe e raça, além de representar um crime contra a infância. Perpassando por temáticas como infância inocente, criança como vítima passiva, proteção da fragilidade infantil, empoderamento, consciência do adulto e assertividade infantil, o capítulo pontua a impossibilidade de tratar questões relacionadas ao abuso sexual de crianças sem problematizar a infância como estrutura social.

Desconstruir o conceito historicamente associado a pequenez, fragilidade, passividade, vulnerabilidade e inocência deve ser um pressuposto para ações ativistas em defesa das crianças. A autora destaca que a proteção necessita de estratégias e recursos sociais, econômicos e políticos na luta contra a opressão estrutural da infância, e reforça que o problema não é apenas em relação ao abuso de poder sobre as crianças, mas também a existência e a conservação do próprio poder.

Políticas sociais, direitos e bem-estar das crianças foram os pontos centrais do nono capítulo, “A infância e os formuladores de políticas: uma perspectiva comparada sobre a globalização da infância”, de Jo Boyden. A construção global sobre a infância em âmbito internacional provocou alterações notáveis nas temáticas que envolvem as crianças, principalmente após a ratificação da Convenção dos Direitos das Crianças. De acordo com a autora, a globalização de ideias da infância no ocidente não considera as condições das crianças em situações de pobreza, onde estas ideias parecem ser totalmente inadequadas. O texto abrange os problemas sociais relacionados a infância e as influências ideológicas para elaboração das políticas públicas, ressalta que o ‘direito’ é um conceito muito mais poderoso do que ‘necessidades’, e que as experiências de vida de crianças do terceiro mundo desafia nosso pensamento sobre as crianças.

Assim como destacado no título “Re-apresentando infância: tempo e transição no estudo da infância”, Allison James e Alan Prout preocupam-se em dialogar sobre a construção social do tempo como crucial para o estudo da infância. Estes autores que iniciaram as discussões no primeiro capítulo do livro retomam nos últimos dois tópicos importantes para pensar criticamente a infância como uma instituição social e a vida das próprias crianças: o primeiro se refere ao tempo da infância (periodização do curso de vida) e o tempo na infância (maneiras que o tempo é usado para controlar o ordenar a vida cotidiana das crianças); já o segundo explora os fundamentos temporais das diferentes representações da infância.

Perpassando por conceitos de idade e maturidade, o texto aponta que a idade geralmente define categorias de pessoas, mas não é usada como base para construção da estrutura social, e reforçam a importância de pensar as crianças não apenas como protótipos adultos, que devem ser preparadas para o futuro, mas que as crianças sejam vistas como sendo no presente.

Como pode-se observar ao longo dos capítulos, um dos principais propósitos deste livro tratou de argumentar que a infância discorre de mudanças sociais e históricas e demanda por considerar os relatos da infância de acordo com seu próprio contexto

temporal e espacial. A obra apresenta uma perspectiva teórica que possibilita apreender a infância como um fenômeno social experimentado e criado de forma contínua e que tem significado para seu presente, bem como para o passado e o futuro.

Monique Aparecida Voltarelli
Universidade de São Paulo (Brasil)
moniquevoltarelli@yahoo.com.br